



Apresentação: Um urbanista às voltas com Françoise Choay

**Presentation: An urban planner on the run with Françoise
Choay**

Presentación: Un urbanista a la fuga con Françoise Choay

Alberto Magnaghi¹
Renata Campello Cabral²
Carlos Roberto Monteiro de Andrade³

¹ Autor. Professor Emérito de Planejamento Territorial. Universidade de Florença, Departamento de
Arquitetura (DIDA).
alberto.magnaghi@unifi.it

² Tradutora. Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Programa de
Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano.
renata.ccabral@ufpe.br
ORCID: 0000-0001-6482-0233

³ Tradutor. Universidade de São Paulo, Instituto de Arquitetura e Urbanismo.
candrade@sc.usp.br
ORCID: 0000-0003-0393-0695

Recebido em 04/07/2023 Aceito em 08/07/2023

Notas da tradução

Esse texto é a apresentação feita pelo urbanista italiano Alberto Magnaghi ao volume *Del Destino della Città*, uma antologia de textos de Choay traduzidos para o italiano e publicada em 2008.

A antologia organizada por Magnaghi inclui oito textos de *Pour une Anthropologie de l'Espace* (2006). A eles Magnaghi acrescentou apenas a introdução de Choay às *Mémoires du Barão Haussmann*, publicada em 2000. As seções são em número de três e pensadas a partir da ótica de um “arquiteto-urbanista militante”, o que o leva a articular as reflexões que permeiam os textos de Choay com os desafios contemporâneos dos profissionais do campo do planejamento urbano, em diálogo direto com princípios caros à Escola Territorialista Italiana¹.

Alberto Magnaghi é Professor Ordinário Emérito de Planejamento Territorial no Departamento de Arquitetura da Universidade de Florença (DIDA), onde fundou e dirigiu o Laboratório de Projeto Ecológico dos Assentamentos (LaPEI) entre 1990 e 2016. Foi coordenador de um programa nacional de pesquisa e laboratórios experimentais sobre os temas do desenvolvimento local autossustentável e da representação identitária do território (1986-2010), tendo também coordenado diversos projetos e planos urbanísticos. Foi, ainda, presidente do Curso de Lâurea Magistral em Planejamento e Projeto da Cidade e do Território junto ao Departamento de Ciências e Tecnologias Agrárias, Alimentares, Ambientais e Florestais (DAGRI). É presidente da Sociedade dos Territorialistas desde sua fundação, em 2011.

Nessa tradução, os termos estrangeiros usados por Magnaghi foram mantidos, de forma a aproximar o leitor brasileiro à experiência tida pelo leitor italiano. Muitos desses termos são em francês e indícios da aproximação de Magnaghi às interpretações feitas por Françoise Choay. Frases muito longas tornaram-se, por vezes, mais de uma sentença, em favor da clareza do texto. Os neologismos foram mantidos como tais, a partir de criação equivalente em português. Anota-se, por fim, que, na tradução das referências, foi feita normatização a partir da ABNT.

Notes on the translation

*This text is Alberto Magnaghi's to the volume *Del Destino della Città*, an anthology of texts by Choay translated into Italian and published in 2008.*

*The anthology organized by Magnaghi includes eight texts from *Pour une Anthropologie de l'Espace* (2006). To them Magnaghi has added only Choay's introduction to the *Mémoires du Baron Haussmann*, published in 2000. The sections are three in number and conceived from the standpoint of a "militant architect-urbanist", which leads him to articulate the reflections that permeate Choay's texts with the contemporary challenges facing professionals in the field of urban planning, in direct dialogue with principles dear to the Italian Territorialist School.*

Alberto Magnaghi is Emeritus Professor of Territorial Planning at the Department of Architecture of the University of Florence (DIDA), where he founded and directed the Laboratory of Ecological Design of Settlements (LaPEI) between 1990 and 2016. He was coordinator of a national programme of research and experimental laboratories on the themes of self-sustainable local development and the identity's territory representation (1986-2010), having also coordinated several urbanistic projects and plans. He was also president of the Course of Laurea Magistral in Planning and Design of the City and Territory at the Department of Agricultural, Food, Environmental and Forestry Sciences and Technologies (DAGRI). He has been President of the Society of Territorialists since its foundation in 2011.

In this translation, the foreign terms used by Magnaghi were kept, in order to bring the Brazilian reader closer to the experience had by the Italian reader. Many of these terms are in French

¹ Ver o artigo Françoise Choay sob a Ótica do Arquiteto e Urbanista Militante Alberto Magnaghi, publicado nesse mesmo número da Paranoá.

See the article Françoise Choay under the perspective of the militant architect and urban planner Alberto Magnaghi, published in the same issue of Paranoá

Véase el artículo Françoise Choay bajo la perspectiva del arquitecto y urbanista militante Alberto Magnaghi, publicado en el mismo número de Paranoá



and indicative of Magnaghi's approach to the interpretations made by Françoise Choay. Very long sentences have sometimes become more than one sentence, in favour of the clarity of the text. The neologisms were kept as such, from the equivalent creation in Portuguese. Finally, it should be noted that, in the translation of the references, the ABNT standards were used.

Notas de la traducción

*Este texto es la introducción del urbanista italiano Alberto Magnaghi al volumen *Del Destino della Città*, una antología de textos de Choay traducidos al italiano y publicados en 2008.*

*La antología organizada por Magnaghi incluye ocho textos de *Pour une Anthropologie de l'Espace* (2006). A ellos Magnaghi sólo ha añadido la introducción de Choay a las *Mémoires du Baron Haussmann*, publicadas en 2000. Las secciones son tres y están concebidas desde el punto de vista de un "arquitecto-urbanista militante", lo que le lleva a articular las reflexiones que impregnan los textos de Choay con los retos contemporáneos a los que se enfrentan los profesionales del urbanismo, en diálogo directo con principios caros a la Escuela Territorialista italiana.*

Alberto Magnaghi es Profesor Emérito de Ordenación del Territorio en el Departamento de Arquitectura de la Universidad de Florencia (DIDA), donde fundó y dirigió el Laboratorio de Diseño Ecológico de Asentamientos (LaPEI) entre 1990 y 2016. Fue coordinador de un programa nacional de laboratorios de investigación y experimentación sobre los temas del desarrollo local autosostenible y la representación identitaria del territorio (1986-2010), habiendo coordinado también varios proyectos y planes urbanísticos. También fue presidente del Curso de Laurea Magistral en Planificación y Diseño de la Ciudad y el Territorio del Departamento de Ciencias y Tecnologías Agrarias, Alimentarias, Medioambientales y Forestales (DAGRI). Es presidente de la Sociedad de Territorialistas desde su fundación en 2011.

En esta traducción, se mantuvieron los términos extranjeros utilizados por Magnaghi, con el fin de acercar al lector brasileño a la experiencia vivida por el lector italiano. Muchos de estos términos están en francés y son indicativos de la aproximación de Magnaghi a las interpretaciones hechas por Françoise Choay. Las frases muy largas se han convertido a veces en más de una frase, en favor de la claridad del texto. Los neologismos se han mantenido como tales, a partir de la creación equivalente en portugués. Por último, cabe señalar que las referencias se tradujeron según la norma ABNT.

1. Introdução

«On ne peut détruire ou laisser tomber des fondations institutionnelles ou matérielles qu'à condition de savoir les refonder».²

É com essa breve e fulminante afirmação, retirada do ensaio *De la démolition*, que determinei o fio condutor dos textos reunidos nesse volume, os quais se distribuem ao longo dos últimos 15 anos, tecendo uma tela de desenho nítido, simples, com sinais fortes, que se destaca em relação à complexidade da trama do tecido que o sustenta. A frase revela um pessimismo de fundo que deriva da análise implacável (*pars destruens*) que Françoise Choay conduz há anos sobre a “mort de la ville”, isto é, sobre o percurso de privação progressiva dos elementos fundadores da cidade em tempos de globalização, que se resume em uma rajada de “des”: des-diferenciação, des-corporificação, des-rememoração, des-complexificação, des-contextualização, e assim por diante; privações que levaram à amnésia dos saberes e das competências necessários ao processo de edificação da cidade e do território: um processo que foi contínuo ao longo da história, caracterizado pelas progressivas fundações e refundações, ocasionadas pelo diálogo entre as civilizações que se estabeleceram em determinados lugares e a alma dos mesmos. Vivemos assim, após a experiência da cidade histórica que caracterizou milhares de civilizações e da cidade moderna da qual a nossa provém, em um território pós-urbano (a urbanização contemporânea) que, por inércia linguística, tem sido chamado, de acordo com numerosos autores, com uma paroxística coleção de oximoros: “cidade difusa”, “ville éparpillée” (cidade dispersa), “aglomeração”, “conurbarção”, “rurbanização”, “ville éclatée” (cidade despedaçada), “*sprawl* urbano”, “cidade intermediária”, “cidade infinita”, “cidade ilegal” e assim por diante; todos atributos, estes, em contradição aberta com as características constitutivas da *polis* e da *civitas*.

Esse território pós-urbano (que Choay define “urbano” *tout court*, opondo-o aos atributos de *urbanité*³ peculiares à cidade) é constituído por redes e infraestruturas de conexão materiais e imateriais, que exacerbaram o conceito de prótese até a pureza extrema, constituída pela substituição integral da natureza e da história, levando à implosão do espaço de proximidade, dos mundos da vida real (*contact*) nos ambientes telemáticos e na *vitesse* dos movimentos globais de mercadorias e pessoas, desintegrando a cidade em formas de urbanização difusa e extensiva e despedaçando o pressuposto antropológico da nossa civilização: o reconhecimento de nós mesmos como sociedade ao edificarmos nosso próprio ambiente de vida.

O pessimismo de Choay reside aqui: nesse mundo a-espacial, midiático, feito de redes, fluxos, cruzamento de funções, comunicações, movimentos globalizados dos corpos e das mercadorias, onde não há mais espaço para o habitar, para a cidade do habitar, implodida em cada uma das funções da produção, do consumo, do entretenimento, da mobilidade. Não há mais espaço para o “território do habitar” e para o “território dos habitantes” (fazendo, aqui, um contraponto com minha própria linguagem). Mas, do fundo desse precipício, eis que despontam os anticorpos: já que, do ponto de vista antropológico, Françoise Choay não consegue conceber um mundo desprovido dos lugares do habitar, ela não se resigna, como muitos de nós, a essa desmaterialização dos corpos viventes e nos propõe, trabalhando de maneira criativa os materiais da história (*par construens*), uma paciente reconstrução do *homme*

² N.A: Não se pode destruir ou derrubar fundamentos institucionais ou materiais, a menos que se saiba como reconstruí-los.

³ N.A: Choay define *urbanité* “a adequação recíproca de uma forma de tecido urbano e de uma forma de convivialidade” (veja neste mesmo volume o ensaio *O reino do urbano e a morte da cidade*). Para um conceito de importância assim central, nos textos que seguem preferimos manter o termo francês, mais sugestivo em relação à tradução [italiana] - como “urbanità” - que corre o risco de não lhe restituir plenamente o sentido.

habitant (como diria Le Lannou) que vem se reapropriando dos saberes e das competências voltadas à *l'art d'édifier*. Apenas o binômio destruição seletiva / reconstrução competente parece legitimar a continuidade e a dinamicidade da ocupação humana que se estratifica, ao longo do tempo, sobre os mesmos lugares do planeta; caso contrário, adentramos na espiral perversa da destruição - conservação museal - mercantilização do patrimônio - desambientação.

A quem é dirigida essa mensagem sobre a renovação do aprendizado da arte de edificar, interpretada por Choay como um valor antropológico salvífico na era da globalização informático-telemática? Primeiramente aos arquitetos e aos urbanistas, aos quais se propõe a voltar, humildemente, a “tocar a terra” - das praças telemáticas às praças materiais, num lento retorno do ciberespaço para se trabalhar em prol dos pequenos mundos de vida do habitar que existem entre as grandes malhas da organização vertiginosa do movimento global. Mas é dirigida também aos administradores, seduzidos pelas sereias das grandes obras (que os grandes arquitetos vendem como grifes), e a todos os técnicos envolvidos no processo de produção da arquitetura, da cidade e do território, com um apelo constante à revalorização dos saberes artesanais tidos como saberes propícios à construção do ambiente do homem: saberes contextuais e competências necessárias para tratar sabiamente as peculiaridades dos lugares. Por fim, dirige-se aos habitantes, cujo bem-estar deve ser rigorosamente visado pela “missão edilícia e urbanística” e que, portanto, devem participar constantemente do processo de edificação. Enceta-se, assim, um grande ato coral, social, de reconstrução da memória, de caráter heurístico-pedagógico, ao qual participam, em conjunto, artistas, habitantes, projetistas e usuários.

Neste “apelo” de Françoise Choay, filósofa e historiadora do urbanismo, vejo transparecer em filigrana nos ensaios - a partir da ótica do arquiteto-urbanista militante (ótica específica dessa minha apresentação, que por isso eu intitulei “um urbanista às voltas com Françoise Choay”) - os alicerces esboçados de um verdadeiro tratado de arquitetura e de urbanismo⁴. A partir da complexa forma narrativa dos textos buscarei, portanto, extrapolar com maior precisão os capítulos centrais desse “tratado”, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: como as mensagens culturais e as diretrizes operacionais de Françoise Choay, contidas nesses ensaios, podem ajudar, hoje, sobretudo nós, arquitetos e urbanistas - que atuamos cotidianamente no território, com os mais diversos instrumentos e as mais diversas escalas de intervenção - na reconstrução dos lugares do habitar? ⁵ Continuarei, na minha exposição, a apresentar as partes com as quais articulei o volume.

⁴ N.A: Sobre isso gostaria de destacar a significativa pertinência da *Laurea honoris causa* atribuída a Choay pela Faculdade de Arquitetura de Gênova (2001), com cuja *Lectio dottorialis* se abre essa coletânea de ensaios.

⁵ N.A: A troca cultural relativa a essa questão tem sido intensa desde o meu encontro com Françoise Choay em Nápoles em 1998: as discussões para a tradução-reinterpretação do meu livro “Il Progetto locale”, as conferências em comum em Bruges, Bajas, Saint Macaire, Paris. Nesta apresentação, dou conta dos pontos do pensamento de Choay que ajudaram e influenciaram o meu trabalho. Sobre tudo destaco a edição francesa (Le projet local, Mardaga, Sprimont, 2002) com a introdução de Françoise Choay, que me permitiu divulgar e discutir as teses do livro na Bélgica, França, Marrocos, em congressos, palestras e seminários universitários. Os temas do livro se encontram sobretudo no debate sobre a tutela e valorização ativa do patrimônio e da paisagem, sobre a atualidade da utopia no projeto de cenários estratégicos de transformação (ver os artigos sobre o livro publicados em Urbanisme - n. 334 e 336 de 2004 - de Thierry Paquot) e sobre os instrumentos pactuados de desenvolvimento local como os Contrats de rivière e os Contrats de pays. No número de outubro de 2005 da revista Esprit (“L’architecture et l’esprit de l’urbanisme européen”), Françoise Choay e Olivier Mongin (diretor da revista) discutem articuladamente a fecundidade de conceitos por mim desenvolvidos de “consciência do lugar” e de “estatuto dos lugares”, relacionando a temática com a atualização da tratadística clássica, em particular a de Alberti, do qual Choay cuidou recentemente da tradução francesa (Leon Battista Alberti, *L’art d’édifier*, du Seuil, Paris 2005).

2. O estatuto antropológico

2.1. Atualidade da utopia: representar os cenários “locais” do futuro

Ao percorrer a história da utopia, de Moro a Morris até às nossas modestas experimentações de “utopias concretas”, Choay assinala, entre muitos, dois aspectos importantes para a redefinição do projeto urbano e territorial contemporâneo.

O primeiro diz respeito ao reconhecimento, no projeto de Utopia, “do papel fundador que Moro atribuía ao espaço construído na institucionalização das sociedades humanas”. O dispositivo espacial concebido por *Utopus* “ocupa o lugar de um referente perdido”, e é retomado por Morris em termos de exaltação das diferenças e peculiaridades dos lugares, cuja descrição é essencial para a compreensão das regras do modelo social proposto. Este tema, que vincula de algum modo o “modelo” de Utopia à “regra” Albertiana, ajuda-nos hoje, entre as várias formas possíveis de descrição de cenários futuros da cidade e do território no campo da *visioning*, a declinar essas descrições, mais do que na narrativa literária, em *representações desenhadas* das paisagens futuras às quais se aspira⁶, enfatizando justamente o papel fundador do espaço construído que Choay evoca, através da utilização dos instrumentos adequados para as nossas competências de urbanistas-geógrafos. Atribuem-se a estas representações uma dupla função: representar uma “estimativa de percurso” para as operações cotidianas de planejamento; realizar a comunicação social do cenário como declaração espacial *explícita* do projeto *implícito* de sociedade do futuro. Nesta acepção o cenário não tem um valor urbanístico regulador ou normativo e, tampouco, de projeto executivo; ele, pelo contrário, mantém a sua função utópica de “relato” (em forma desenhada e/ou narrada), que deveria estimular nos interlocutores um “desvio cultural” ao imaginar os futuros possíveis. Assim como para Moro e para Morris o relato do cenário procede da crítica da sociedade presente (“função dinâmica e antropogenética”) e se desenvolve positivamente a partir do reconhecimento dos valores patrimoniais, analisados e representados em sua dinâmica histórica, e de suas regras reprodutivas (o “referente perdido”), tidas como base do próprio cenário.

O segundo tema que retomo, corolário do primeiro, é aquele do projeto utópico de “revalorização de um espaço antropogenético” entendido como *espaço local*. À pergunta “se o pertencimento a um horizonte local não seja uma das condições necessárias à edificação do que nos constitui enquanto homens”, Choay responde percorrendo o problema dentro do pensamento utópico, afirmando que Moro, ao conceber o modelo de sua cidade ideal, “não negava nem mesmo por um instante o pertencimento essencial dos homens ... a uma dupla espacialidade concreta, natural e humanizada”. Por outro lado, “a natureza do vínculo que fixa os homens aos ‘lugares’ tinha, naquela época, uma evidência implícita, atestada, por três séculos, pela língua toscana antiga” (o termo “terra” como sinônimo de “cidade”). Mais adiante, Choay prossegue com Ruskin quando “mostra o papel da localização na afirmação da identidade e das identidades humanas e antecipa a noção de desenvolvimento sustentável”; até citar, no quadro da globalização, as nossas experiências italianas de Ecopolis⁷, nas quais “os conceitos de sociedade local ..., de identidade local, de novo poder municipal ... introduzem uma ‘cultura do limite’ que se assemelha muito a uma nova metamorfose da utopia”.

⁶ N.A: Ver sobre este tema: Alberto Magnaghi (a cura di). *Scenari strategici. Visione identitarie per il progetto di territorio*. Firenze: Alinea, 2007.

⁷ N.A: A. Magnaghi, “Per una nuova carta urbanistica”. In: Idem (org.), *Il territorio dell’abitare*, Milano: Franco Angeli, 1990.

2.2. Atualidade da tratadística: por um estatuto dos lugares

Já no subtítulo do ensaio sobre Alberti, *lições de uma tradução*⁸, Choay explicita a intenção de repropor aos arquitetos-urbanistas contemporâneos a atualidade de uma releitura e de uma reutilização da tratadística, tanto na forma quanto nos conteúdos. Creio que este convite tenha de ser acolhido plenamente, tanto mais que Choay, na exegese do texto de *Leon Battista Alberti*, nos oferece auxílio em ambas as frentes.

Ao superar a interpretação reducionista do *De re aedificatoria* (tratado prático de arquitetura, manual de técnica das construções, transposição de Vitruvius sobre ordens arquitetônicas, etc.) Choay atribui uma dimensão *antropológica* à “*art d’édifie*” do tratado: seja enquanto interrogação sobre o papel *do ato* de construir; seja na resposta à interrogação por meio de regras universais, referidas às exigências e aos campos criativos e operativos das atividades humanas (*necessitas, commoditas, concinnitas*) e não só aos objetos construídos (as categorias vitruvianas de *firmitas, utilitas, venustas*)⁹; seja ao definir a construção como *coessencial* à natureza humana (“aptidão genética do ser vivente dotado de palavra”), por meio da qual se formam a sociedade e suas instituições; e ainda no “*princípio dialógico*”: “não há [...] construção [...] sem diálogo com aqueles para quem se constrói, indivíduos singulares ou comunidade constituída pelos membros de uma família ou pelos membros da res publica”; no princípio *interescolar* (as seis operações do construir que integram escalas regionais, locais, edilícias, distributivas); na produção de *regras* a serem aplicadas *em relação* a cada contexto natural e cultural e não *modelos* a serem reproduzidos ou imitados. Quais lições tirar, portanto, desta nova tradução?

Primeiramente, de maneira geral, sobre o papel *atual* dos tratados. Ainda encontramos, no governo do território, legislações edilícias e padrões urbanísticos que fixam regras e proporções quantitativas para os objetos edilícios e urbanísticos, índices de construção descontextualizados da qualidade da paisagem, das tipologias urbanas e edilícias, dos materiais e técnicas construtivas locais; as adições urbanas não preveem padrões para os espaços públicos; o contexto é uma folha branca de dimensão infinita. As morfotipologias de ocupação que daí derivam revelam um empobrecimento total da *ars edificandi*, perceptível principalmente na dissolução do projeto em nível territorial. A forma contemporânea do tratado pode se assemelhar, então, àquilo que chamamos *estatuto do território*,¹⁰ a “carta constitucional” de um lugar que define as suas características identitárias (ambientais, urbanas, territoriais, paisagísticas, socioculturais), os valores patrimoniais, as regras de transformação que respeitam sua reprodução e valorização. O “estatuto do lugar”: um “tratado” composto por diversos capítulos que representam, também em forma iconográfica, as características ambientais, as figuras e os tipos territoriais e urbanos, os quadros paisagísticos, os saberes, as artes e as culturas locais: o conjunto dos elementos que definem a identidade de um lugar e seus saberes reprodutivos. O tratado-estatuto, como o *De re aedificatoria*, indica as boas práticas construtivas e de transformação em diversas escalas, que respeitam e são alimentadas pelas regras de reprodução ao longo prazo do lugar.

⁸ N.A.: Do “De re aedificatoria” (*L’Art d’édifier*), nota sobre a tradução do texto latino em francês de Françoise Choay e Pierre Caye. Paris: Seuil, 2004.

⁹ N.A.: Sobre a passagem do padrão objetual (*chosistes*) [*das coisas*; em francês no original] aos padrões exigenciais (referidos à atividade humana) veja-se o meu: *Il metaprogetto in architettura* (1973).

¹⁰ N.A.: O conceito de “estatuto do território”, incorporado pela linguagem institucional na Itália pela primeira vez na Emília-Romagna, e, sucessivamente, com a Lei Regional da Toscana sobre o governo do território (n.1/2005), foi desenvolvido em particular em: Paolo Baldeschi, “Il senso comune di un piano”, *Paesaggio urbano*, 1996); Mario Cusmano, *Misura misurabile*, Milano: Franco Angeli, 1997); Francesco Ventura, *Statuto dei luoghi e pianificazione*, Torino: CittaStudi, 2000; A. Magnaghi, *Il progetto locale*, Torino: Bollati Boringhieri, 2000; Giuseppe Cinà (org.), *Descrizione fondativa e statuto dei luoghi*, Firenze: Alinea, 2000.

Contudo, a diferença em relação à postura de Alberti é que, na época da globalização, junto às regras “*universais*” do bom construir (atenção aos materiais, às tipologias e técnicas construtivas, aos valores contextuais – ambientais, territoriais e paisagísticos, culturais –, ao fechamento local dos ciclos da alimentação, da água, dos resíduos, etc.) e do bom governo (democracia participativa, federalismo municipal, subsidiariedade, etc.) é também preciso produzir regras “*pluriuniversais*”, ou seja, específicas de cada lugar. Regras que levem em conta (a fim de reconstruir o *espace contact*) as características identitárias peculiares, construídas através dos processos históricos de civilização, que forneceram respostas culturais específicas às relações entre ocupação humana e natureza (identidade paisagística, ambiental, de forma de ocupação, sócio-cultural, linguística, etc.). Em essência do “tratado” aos “tratados”, do estatuto aos estatutos locais, com a finalidade de produzir o *milieu diferenciado, contextualizado e articulado na escala humana* que Françoise Choay invoca.

A esta minha “leitura localística” do seu texto, porém, Choay responde: atenção, a especificação local, cada vez diferente, responde a regras universais (não há, afinal, tantas culturas quanto lugares). Ademais, a reconstrução das regras locais voltadas à construção de um espaço de convívio não pode de modo algum assumir o aspecto passadista de uma reprodução do *espace contact* medieval, ou de uma reinterpretação pós-moderna dos “estilos” do passado. Alude, pelo contrário, à necessidade de individuar regras que levem em conta a complexidade interescalar do habitar uma região urbana hoje, da interdependência absoluta dos lugares entre si, da existência de estruturas técnicas complexas. Considerar tudo isso significa dotar-se de instrumentos capazes de tratar sobretudo as “grandes aglomerações” nas quais está organizado o espaço europeu.

Por fim o estatuto, para restituir à organização do espaço o seu valor *antropogenético*, deve fundar-se sobre o “princípio dialógico”, ou seja, sobre o reconhecimento socialmente compartilhado da identidade e dos valores patrimoniais do lugar e das suas regras de transformação. O processo participativo para efetivar este reconhecimento deve envolver todas as fases de transformação do território, caso se pretenda restituir autonomia ao governo local (na definição dos problemas e na elaboração das soluções) em detrimento à forma centralizadora e exógena de governo do território: retomando a consciência individual e coletiva daquilo que se produz, daquilo que se consome, de como se habita em cada lugar, é possível reconstruir socialmente os conhecimentos e os saberes necessários para transformar o modelo de desenvolvimento em direção à auto-sustentabilidade, assumindo seus compromissos em escala local e ativando as energias sociais aptas para absorvê-los.

Apenas desse modo o estatuto assume a virtude de um *ato constituinte* da sociedade local e dos seus bens comuns (*res publica*) que se reconhece, se autoproduz no ato de construir seu próprio território, suas próprias cidades. Nesta acepção o estatuto é um ato sociocultural, constitucional, é um todo uno com a fundação da comunidade local que abrange não apenas a disciplina urbanística, como observa Choay para o tratado albertiano, mas também uma dimensão mais geral, antropológica. Por este motivo o estatuto dos lugares se assemelha mais a um tratado que a um ato de planejamento: esse deveria ser “desgarrado” dos atos contingentes do planejamento, precedê-lo, como sistema de regras socialmente fundadas, entre as quais efetuar a cada vez as mais diferentes soluções projetuais e de planejamento.

3. Do patrimônio: um ensinamento para reconstruir o espaço do habitar

O enriquecimento temático e os esclarecimentos das contribuições referentes a esta temática na segunda parte deste volume, em comparação com o conhecido ensaio “A alegoria do

patrimônio”¹¹ dizem respeito ao ¹²aprofundamento de alguns pontos fundamentais tidos como diretrizes operacionais:

- Choay nos alerta não apenas contra os riscos do tecnicismo, como horizonte cultural da *tabula rasa* (de Le Corbusier a Koolhaas), mas sobretudo contra uma visão museal e conservacionista do patrimônio que avança como contraponto à perda da memória e ao desvario da sociedade das redes globais. Superar essa visão é possível apenas alcançando uma interpretação dinâmica e vital (*vivante*) do patrimônio, afirmando com coragem o vínculo entre a “violência da demolição legítima” e a capacidade de reconstrução/conservação; uma visão não fetichista, mas que faz viver o patrimônio (material e imaterial) como elemento fundante da identidade em seus diversos níveis (local, regional, nacional) e, portanto, como parte ativa essencial de uma plena transformação social e territorial. Essa concepção permite extrair dos saberes patrimoniais (no campo ambiental, construtivo, urbano, territorial, artístico, sociocultural, dos fazeres artesanais) diretrizes e normas para toda a organização sócio territorial, reatualizando “a competência de construir um ambiente diferenciado, contextualizado e articulado na escala humana”; sem relegar o patrimônio, conceitualmente e nas práticas de planejamento, às áreas de proteção da natureza (os parques) e da cultura (os monumentos e os centros históricos) face a 80% do território em que a “memória orgânica e viva” morre, conduzindo à “desinstitucionalização” e à “desconstrução” das sociedades humanas.

- Para realizar esta transformação cultural, Choay propõe algumas medidas de emergência, primeiramente no âmbito do ensino, destinadas a recuperar a sensibilidade do desenho, da percepção “corporal” dos lugares da arte e da arquitetura; ao abrir uma crítica prática ao “turismo mundialista”, ao promover a aprendizagem, ao pesquisar os usos vivos e não museológicos de edifícios históricos, ao incentivar a participação como forma de aprender sobre as diferenças no contexto da universalidade; ao, por fim, superar uma visão economicista do patrimônio.

Nesse sentido, Choay faz uma crítica contundente ao processo de mercantilização do patrimônio que infelizmente, em muitos casos, no contexto da economia globalizada, a lista dos bens patrimoniais da humanidade da UNESCO tem alimentado, também devido aos mal-entendidos epistemológicos e terminológicos por ela gerados.

A resposta a este processo de mercantilização retorna, pois, à capacidade das sociedades locais de se apropriarem novamente do patrimônio como elemento identitário, dinâmico, a ser valorizado de forma duradoura e sustentável, para a sua própria realização, estabelecendo um equilíbrio entre conservação e transformação. Uma sociedade centrada em si mesma, que faz da sua diferença uma força, pode basear a singularidade e a originalidade do seu “estilo de desenvolvimento” na valorização ativa dos seus bens patrimoniais e ativar trocas solidárias com outras comunidades locais, no contexto de uma globalização que vem de baixo. O patrimônio não é vivido nesta dimensão *ao lado* do funcionamento socioeconômico; a sua valorização é a redescoberta das regras de construção e das relações sustentáveis, não hierárquicas, que podem ser estabelecidas com as outras sociedades locais. Eis, então - comenta Choay - que a sociedade local pode “recorrer a todas as próteses técnicas e conectar-se de maneira eficaz, a partir de *baixo*, com o sistema mundial”.

¹¹ N.A: F. Choay, *L'allegoria del patrimonio*. Roma: Officina, 1993 (1992).

¹²

4. Do destino da cidade: redescobrir e reconectar as diferentes escalas do projeto do território

O objetivo que nesse momento Choay introduz no seu “tratado” é o de reconstruir uma relação não hierárquica, interescalar, entre as diversas tipologias do espaço nos quais o habitar contemporâneo é organizado, evocando as quatro tipologias históricas que se sucederam ao longo do tempo no contexto europeu: o espaço medieval de proximidade e de convivialidade (*contact*), o espaço renascentista e barroco de representação perspéctico-cênica (*spectacle*), o espaço haussmanniano da circulação (*circulation*) e o espaço contemporâneo das redes globais eletro-telemáticas de conexão (*connexion*).¹³ A pauta é repensar o urbano (que não é sinônimo de “urbanité”), renovando a complexidade e o equilíbrio entre os diversos tipos de relações espaciais, a partir do momento que - como ela escreve em *Espacements*¹⁴ - determinou-se uma alteridade radical do novo espaço de conexão, que tende a não se relacionar mais com as escalas de proximidade, o que o *espace de circulation* haussmanniano ainda cumpria muito bem.

Choay nos propõe, nas páginas finais de “Le règne de l’urbain et la mort de la ville”, superar a maldição da “confusão das escalas, que ofusca a cena urbana e torna opaca a diferença dos desafios e dos atores que nela (na cena urbana) se confrontam”. Como? Em sua perspectiva, Choay propõe uma hipótese projetual, que percorre em filigrana muitos dos ensaios que compõem o volume, e que consiste em não negar, regressivamente, o grande sistema de redes de comunicação que, com suas malhas largas, permeia o sistema-mundo, mas sim estimular uma interação ativa entre este sistema e uma malha mais fina (*l’échelle locale*), que conecte a primeira com os lugares do habitar a serem reconstruídos, hoje sacrificados no reino do urbano difuso e da escala única (global) de planejamento. O planejamento das redes de malhas largas destruiu o espaço de proximidade, desmaterializou na praça telemática o espaço cênico renascentista, e o espaço de circulação dissolveu-se nas redes a-espaciais eletro-telemáticas. Isso implica, portanto, o fato que “a forma urbana atual não está mais em condição de incluir campos urbanos proporcionais à escala do homem, mas os confina em âmbitos marginais, ou então os marginaliza definitivamente”.¹⁵ Choay não nega, portanto, os grandes sistemas reticulares, mas propõe readequar sua funcionalidade justapondo-os a outra rede: aquela dos lugares de vida discretos e conectados, por sua vez, a redes maiores. Desta maneira, a proposta é a construção de uma malha territorial dupla (do global ao local) na qual a construção (ou reconstrução) da segunda (a escala local) deveria transformar o papel da primeira (do local ao global) visando funções menos desumanizadoras.

Não se trata de um local fechado, defensivo, mas de um local “cosmopolita” que, no seu ato refundador, se reconecte com o mundo, restituindo às redes de comunicação global - operacionais e monossêmicas - um sentido antropológico, polissêmico. Aqui Choay, historiadora do urbanismo, recorda o papel heurístico de Haussmann, Wagner e Cerdà que souberam, nos planos de transformação de Paris, Viena e Barcelona, “preservar” a “escala local”, renovando-a e fazendo-a dialogar de forma positiva com o sistema das grandes redes. Mas também lembra Giovannoni, onde imagina “núcleos de *urbanité*, de múltiplas dimensões e formas, que com o urbano podem entrar numa dialética homóloga àquela que em outros tempos ligava cidade e campo”. Daí deriva o valor didático da argumentação a respeito das

¹³ N.A.: Uma importante e documentada discussão sobre o tema da evolução do espaço urbano na França encontra-se em Françoise Choay, *Espacements*. Figure di spazi urbani nel tempo, organizado por Ernesto D’Alfonso. Milano: Skira, 2003.

¹⁴ N.A.: F. Choay, *Espacements*, cit.

¹⁵ N.A.: E. D’Alfonso, “Commenti e aperture”, in F. Choay, *Espacements* cit., p. 126.

Mémoires du Baron Haussmann, que fecha esse volume reinterpretando a transformação haussmanniana de Paris a partir desse esquema interpretativo-projetual.

Choay oferece aqui uma profunda revisão histórica em relação aos reducionismos interpretativos “à la Lavedan” ou “à la Lefebvre” sobre os quais se formaram gerações de arquitetos “de esquerda” (um prefeito que se presta ao urbanismo por razões proeminentemente anti-motim)¹⁶, configurando uma interpretação sistêmica do plano de Paris como parte do processo histórico de fundação-refundação que foi definido, por geógrafos como Raffestin, como um processo TDR (territorialização-desterritorialização-reterritorialização). Nesse caso, trata-se da redefinição ativa do espaço da cidade histórica e do seu patrimônio em relação às novas exigências da vida moderna: o novo espaço de circulação reinterpreta, integra, conecta os espaços históricos e acopla a eles novos espaços de proximidade, produzindo uma nova “urbanité” (reterritorialização). Isso se tornou possível graças a uma série de conceitos que regem o projeto:

- a cidade é tratada como uma *totalidade*, como um conjunto de espaços abertos e construídos, *indissociáveis*;
- a reorganização urbana é implementada através dos conceitos de *rede* (viária, ferroviária, de esgoto, hídrica, de gás); das *centralidades* públicas (estações, praças, edifícios públicos, portas); de *sistemas* (circulação, alimentação, descarte, respiração); conceitos que restituem organicidade à malha isotrópica (justiça distributiva) da cidade. Este tratamento sistêmico e holístico também garante uma unidade de estilo, mesmo havendo um tratamento diferenciado das diversas partes;
- o conceito de *limite* é dado pela relação e pelas proporções entre os espaços construídos e os sistemas de espaços abertos (passeios, jardins, vias arborizadas, praças, parques) que contribuem à redefinição do espaço público;
- a redefinição *multifuncional* de cada bairro por meio da oferta de espaços públicos, teatros, serviços sociais, cafés, etc., que redefine os seus atributos históricos e as suas centralidades pontuais face à nova dimensão metropolitana que os sistematiza;
- uma abordagem *multidisciplinar* que mobiliza e torna sinérgicos muitos saberes especializados;
- um projeto que faz referência ao *contexto* histórico-ambiental (topográfico, hidrográfico, ambiental, tipológico, produtivo, etc.) e que garante a identidade distintiva de cada lugar reprojeto.

Naturalmente estes referenciais metodológicos para o futuro da cidade, exemplificados pela história do urbanismo, embora importantes, não são suficientes para enfrentar os problemas da urbanização contemporânea: não devemos e não podemos projetar “capitais oitocentistas”, atravessadas pelo flâneur de Walter Benjamin e, menos ainda, as capitais dos Savóia, ordenadas e perspectivadas, ao gosto de Juvarra e Amedeo e Carlo di Castellamonte. Hoje os problemas, no campo da dissolução da cidade e do território, são mais graves e generalizados e, em contrapartida, as energias culturais e sociais que se opõem a essa dissolução - e que procuram reconstruir elementos de *urbanité* - são mais dispersas e frágeis. Contudo, incitações culturais como aquelas de Françoise Choay, cujos elementos propositivos e tratadísticos

¹⁶ N.A: Para a reflexão italiana sobre a complexidade funcional, social e administrativa da obra de Haussmann, ver as monografias: Giuseppe Dato (org.), *L'urbanistica di Haussmann: un modello impossibile?* Roma: Officina, 1995; Guido Morbelli, *Città e piani d'Europa*. Bari: Dedalo, 1997, cap. II: “I ‘grands travaux’ parigini del secondo impero”.

procurei sintetizar, ao os repropor aos arquitetos e urbanistas italianos, confortam o trabalho cotidiano que muitos de nós realizam com teimosa "topofilia", devolvendo-nos a esperança de ver alguma utopia concreta contaminar as culturas dos governos, os projetos e as políticas de alguns dos 8101 municípios italianos.

Alberto Magnaghi

Alberto Magnaghi é professor emérito de Planejamento Territorial no Departamento de Arquitetura da Universidade de Florença (DIDA), onde fundou e dirigiu o Laboratório de Projeto Ecológico dos Assentamentos (LaPEI) entre 1990 e 2016. Foi coordenador de um programa nacional de pesquisa e laboratórios experimentais sobre os temas do desenvolvimento local autossustentável e da representação identitária do território (1986-2010), tendo também coordenado diversos projetos e planos urbanísticos. Foi, ainda, presidente do Curso de Lâurea Magistral em Planejamento e Projeto da Cidade e do Território junto ao Departamento de Ciências e Tecnologias Agrárias, Alimentares, Ambientais e Florestais (DAGRI). É presidente da Sociedade dos Territorialistas desde sua fundação, em 2011

Contribuição de coautoria: Autor.

Renata Campello Cabral

Arquiteta e urbanista pela Universidade Federal de Pernambuco (1999), é mestre e doutora pela Universidade de São Paulo (2003 e 2013, respectivamente), tendo participado do Programa Institucional de Bolsas de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE) na *Università degli Studi di Napoli Federico II*. Sua tese de doutorado foi premiada pela CAPES, Anparq e USP em 2014. Realizou pós-doutoramento, com bolsa CAPES, no Instituto Superior Técnico da Universidade de Lisboa (2018-2019) e foi bolsista PNPd na Universidade Federal de Pernambuco (2014). É professora Adjunta do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco, onde ministra disciplinas na graduação e no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano (MDU). É membro do ICOMOS-Brasil e vice coordenadora do Laboratório de Urbanismo e Patrimônio Cultural (LUP) do MDU.

Contribuição de coautoria: Tradução.

Carlos Roberto Monteiro de Andrade

Arquiteto e urbanista pela Universidade de São Paulo (1974), graduado também em Ciências Sociais pela Universidade de São Paulo (1974), é mestre e doutor em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo. Realizou pós-doutorado junto ao Politécnico de Milão (set/2008 - fev./2009). Desde 1988 é docente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, atualmente Instituto de Arquitetura e Urbanismo. Suas pesquisas concentram-se na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em História do Urbanismo, atuando principalmente nos temas: urbanismo moderno, cidade nova planejada, cidade-jardim e bairro-jardim, historiografia da cidade e do urbanismo e urbanismo sanitário, trajetórias profissionais de engenheiros, arquitetos e urbanistas, a Internacional Situacionista: arte, nomadismo e anti-urbanismo.

Contribuição de coautoria: Tradução.



Como citar: MAGNAGHI, Alberto. Apresentação: Um urbanista às voltas com Françoise Choay. *Paranoá*. n.35, ago/dez 2023. DOI 10.18830/issn.1679-0944.n35.2023.03.

Editores responsáveis: Elane Ribeiro Peixoto, Ana Clara Gianecchini e Priscilla Peixoto.